

## A UNIVERSIDADE COMO MEDIADORA SOCIAL: O CASO DA COMUNIDADE AGROFLORESTAL JOSÉ LUTZENBERGER (PR)

Laynara Santos Almeida<sup>1</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-7186-4952>

Rodolfo B. de M. Lobato da Costa<sup>2</sup>

 <https://orcid.org/0000-0001-6304-3831>

### RESUMO

Este artigo analisa a posição da academia como mediadora social a partir de diferentes projetos de ensino, pesquisa e extensão, com foco na Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, localizada no litoral do Paraná. Inserida na Área de Proteção Ambiental Federal de Guaraqueçaba e diante de um conjunto de desafios agrários e ambientais, identificaremos como as diferentes formas de resistência relacionam-se com a produção de conhecimentos mobilizados pela academia, uma cooperação entre a Universidade Federal do Paraná e o movimento social organizado, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A pesquisa-ação e a observação participante apareceram como estratégias metodológicas para assessorar processos jurídicos, sociais e de pesquisa para a consolidação da comunidade e a promoção da política pública de reforma agrária.

Palavras-chave: Pesquisa-ação. Mediadores Sociais. Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger.

### THE UNIVERSITY AS A SOCIAL MEDIATOR: THE CASE OF THE JOSÉ LUTZENBERGER AGROFLORESTAL COMMUNITY (PR)

#### ABSTRACT

This article analyzes the academic position as a social mediator based on different teaching, research, and extension projects with focus on the José Lutzenberger Agroforestry Community, located on the coast of Paraná. Inserted in the Federal Environmental Protection Area of Guaraqueçaba and faced with a set of agrarian and environmental challenges, we will identify how the different forms of resistance are related to the production of knowledge mobilized by the academy, a cooperation between the Federal University of Paraná and the organized social movement, the Landless Rural Workers Movement. Action research and participant observation emerged as methodological strategies to advise legal, social and research processes for the consolidation of the community and the promotion of public policy for agrarian reform.

Keywords: Action Research. Social Mediators. José Lutzenberger Agroforestry Community.

### LA UNIVERSIDAD COMO MEDIADORA SOCIAL: EL CASO DE LA COMUNIDAD AGROFLORESTAL JOSÉ LUTZENBERGER (PR)

#### ABSTRACTO

Este artículo analiza la posición de la academia como mediadora social a partir de diferentes proyectos de docencia, investigación y extensión con foco en la Comunidad Agroforestal José Lutzenberger, ubicada en el litoral paranaense. Insertado en el Área Federal de Protección Ambiental de

---

<sup>1</sup> Graduação em Geografia. Mestre e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMade), da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: [laynara.almeida@hotmail.com](mailto:laynara.almeida@hotmail.com).

<sup>2</sup> Graduação em Ciências Sociais. Mestre e Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD/UFF). Docente da Universidade Federal do Paraná, Departamento de Sociologia, e vinculado aos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSocio) e em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMade). E-mail: [rodolfolobato@ufpr.br](mailto:rodolfolobato@ufpr.br).

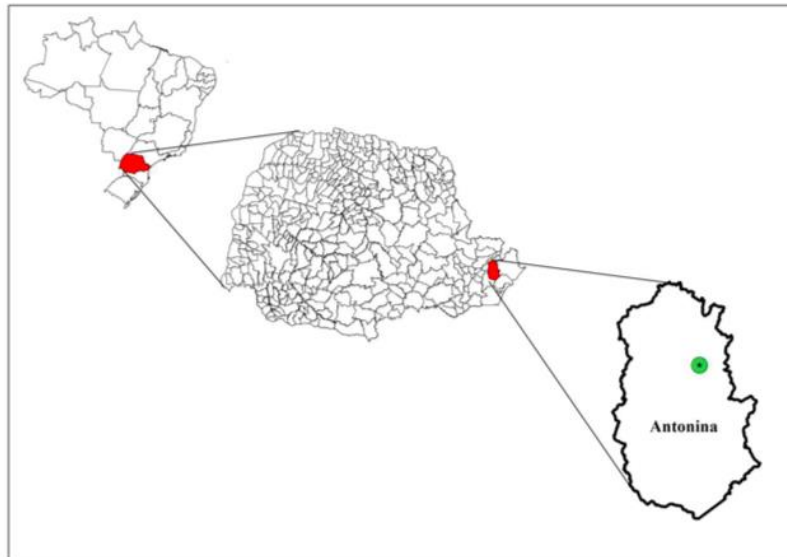
Guaraqueçaba, y frente a un conjunto de desafíos agrarios y ambientales, identificaremos cómo las diferentes formas de resistencia se relacionan con la producción de conocimiento movilizada por la academia, una cooperación entre la Universidad Federal de Paraná y el movimiento social organizado Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra. La investigación acción y la observación participante surgieron como estrategias metodológicas para asesorar procesos jurídicos, sociales y de investigación para la consolidación de la comunidad y la promoción de la política pública de reforma agraria.

Palabras clave: Investigación Acción. Mediadores Sociales. Comunidad Agroforestal José Lutzenberger.

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como referência a relação entre a Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger e a academia, com ênfase nos processos de mediação social a partir de diferentes práticas de ensino, pesquisa e extensão. Trata-se de um projeto de assentamento de reforma agrária com quase duas décadas de existência, localizado no município de Antonina, litoral do estado do Paraná. Além das questões fundiárias singulares, o território em questão tem como característica o fato de integrar a Área de Proteção Ambiental (APA) Federal de Guaraqueçaba, criada em 1985<sup>3</sup>, configurando-se, também, como um conflito socioambiental.

Figura1 – Localização de Antonina e da comunidade em verde



Fonte: Rossito, 2020.

A história do litoral paranaense foi marcada pela miscigenação e choques culturais. Os povos originários que ocupavam a região de forma mais expressiva eram os Carijó, Mbyá, Nhandeva e Kaiová. Já no início da exploração e expansão do território, ocorreram os ciclos econômicos de madeira e ouro, tendo como mão de obra, em maior número, negros escravizados trazidos da África.

<sup>3</sup> Decreto n°. 90.883, de 31/01/1985.

Além desses ciclos, grandes frentes de exploração instalaram fazendas, engenhos e lavouras, desenvolvidas pelas populações que surgiam e posteriormente colônias inteiras (poloneses, alemães, ucranianos e outros) trazidas através de incentivos, pelo já emancipado estado do Paraná.

O litoral foi espaço de uma dinâmica de ocupação, onde diferentes povos são inseridos em momentos, intensidades e objetivos diferentes, o que proporcionou tensões e, também, uma miscigenação ou hibridismos culturais e econômicos que formaram a base de uma nova sociabilidade. Assim como ocorreu em outras regiões do país, essas trocas e choques formaram “novos” sujeitos que não podem ser lidos como tipos sociais preestabelecidos, e que, no litoral dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, são chamados de caiçaras.

Nesse sentido, a comunidade da qual tratamos surge como fruto dessa miscigenação, da migração e dos conflitos entre as populações tradicionais e os grandes latifúndios. Trataremos aqui dos desdobramentos da antiga Fazenda São Rafael, que, no período entre 1985 e 2004, transformou uma área de 193 hectares em pasto de capim *Brachiaria* para búfalos, espécie exótica à Mata Atlântica, além de drenar e alterar o curso do Rio Pequeno. Essa mesma fazenda foi ocupada desde 2004 por 24 famílias, onde mantém o enfrentamento contra as diferentes formas de expropriação.

Data dessa mesma época um processo de reintegração de posse, composto, além da seara civil, por conflitos a partir de diferentes interpretações das leis ambientais. Em um primeiro momento, as autoridades públicas negligenciaram a exploração da terra com espécies exóticas e grandes impactos ambientais, e, posteriormente, “colocaram em xeque” a viabilidade de um projeto de assentamento ecologicamente diferenciado.

Para melhor compreensão, trataremos essa ocupação de terra como uma “comunidade”, pois a organização territorial instituída não se configura mais como “acampamento”, caracterizado pela precariedade, simbolicamente representado por barracas de lona e sem reconhecimento institucional. Já a “ocupação”, ainda que seja importante reforçar o caráter “precário” de sua situação jurídica, possui alguma proteção legal e o reconhecimento político através do movimento social organizado e das instituições regionais. Ao nos referirmos ao José Lutzenberger como uma comunidade, indicamos uma situação de liminaridade social na medida em que a mesma, apesar de um alto nível de organização interna e reconhecimento institucional de órgãos municipais, estaduais e federais, ainda enfrenta tentativas de despejos e um processo de regularização fundiária que não se efetivou.

Nesse sentido, o artigo mostra-se relevante na medida em que trabalhamos com a noção de que os pesquisadores, professores, estudantes e o movimento social organizado atuaram como mediadores sociais em um processo de reforma agrária, em que ambos se caracterizaram por uma mudança constante de posições sociais (seja na condição de sujeitos ou objetos de políticas públicas). Assim, a consolidação da comunidade esteve fundamentada por aqueles que mediarão os projetos e deram corpo à mesma, criando condições de viabilidade. De acordo com Delma P. Neves (1999), os

mediadores têm a “função principal de criar condições para a construção de novas representações e explicações que permitam a elaboração de estratégias adequadas à situação” (Neves, 1999, p. 13).

Ao longo dos dezoito anos de litígio da área pretendida, na Comunidade Agroflorestral José Lutzenberger, houve a efetiva participação de mediadores de distintas esferas, tanto de organizações governamentais, quanto dos movimentos sociais e da academia. Esta última tem colaborado em momentos importantes para o movimento de efetivação da política pública de reforma agrária, auxiliando no reconhecimento dos processos socioeconômicos e fundiários.

Neste artigo, retratamos a integração da comunidade com a academia via ações, tendo como metodologias a pesquisa-ação e a observação participante, nas quais há trocas horizontais de conhecimentos. A academia é aqui entendida como as instituições de ensino, em destaque para a Universidade Federal do Paraná (UFPR), campus Litoral, os professores, os acadêmicos e os projetos desenvolvidos por estes atores, como extensão, iniciação científica, assessoria, vivências, Interações Culturais Humanísticas (ICH), dissertações, teses e outros.

Procuramos explorar estas interações a partir dos textos, mídias, entrevistas, relatos e outros documentos. Em decorrência da pandemia da Covid-19, nossas pesquisas foram realizadas principalmente pelos caminhos virtuais. Apesar do acesso limitado, identificamos um denso material acumulado, a partir do qual podemos apontar algumas considerações. Através do “paradigma indiciário” de Carlo Ginzburg (1989), investigamos um conjunto de sentidos da realidade, construído pelos pesquisadores e pesquisados. Dessa forma, pensamos esses documentos como indícios de uma realidade a ser compreendida, nos quais buscamos pistas e sinais que revelam a realidade da vida das comunidades do campo e sua relação com a Universidade.

Em face das impossibilidades de acesso ao campo, decorrentes da pandemia, e, como resposta metodológica, compreendemos enquanto fundamentais os instrumentos do paradigma indiciário (Ginzburg, 1989), adotado aqui como caminho de investigação sobre uma verdade provável. A forma da elaboração dos documentos é reveladora das predisposições ideológicas dos seus autores para a construção de um trabalho coletivo, que é a própria constituição da comunidade em análise. Essa referência metodológica tem especial atenção sobre a relação entre a narração histórica e a documentação. As origens desse método remontam às três práticas indiciárias: de Giovanni Morelli, médico e crítico de arte; de Arthur Conan Doyle, médico e criador do personagem Sherlock Holmes; e Sigmund Freud, médico e "pai" da psicanálise (Rodrigues, 2005). Trata-se, pois, de um modelo de observação que pretende “diagnosticar” os fenômenos inacessíveis à observação direta, como a identificação de manifestações superficiais, por isso as pistas, ou sintomas (para a psicanálise), indícios (para um detetive como o Sherlock Holmes), ou ainda os signos pictóricos (nas investigações no mundo das artes).

As razões da “incerteza” da medicina pareciam ser fundamentalmente duas. Em primeiro lugar, não bastava catalogar todas as doenças até compô-las num quadro ordenado: em cada indivíduo, a doença assumia características diferentes. Em segundo lugar, o conhecimento das doenças permanecia indireto, indiciário: o corpo vivo era, por definição, inatingível. [...] Em conclusão, a impossibilidade de a medicina alcançar o rigor próprio das ciências da natureza deriva da impossibilidade da quantificação, a não ser em funções puramente auxiliares; a impossibilidade da quantificação derivava da presença ineliminável do qualitativo, do individual... Nas discussões sobre a “incerteza” da medicina, já estavam formulados os futuros nós epistemológicos das ciências humanas. (Ginzburg, 1989, p. 166)

Buscamos compreender como a comunidade se tornou um espaço de ensino e aprendizagem, assim como analisar as abordagens e/ou intervenções que colaboraram com a sua constituição. Desta maneira, entendemos que as colaborações técnicas no auxílio dos projetos agrícolas e na formação jurídica e política beneficiaram, simultaneamente, a academia e a comunidade. Trata-se de um exemplo de retroalimentação na medida em que as partes envolvidas construíram um espaço de vivência, um laboratório prático e uma troca de conhecimentos através da experiência de implantação de um sistema agroflorestal.

#### PESQUISA-AÇÃO E OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE: METODOLOGIAS EM QUESTÃO

As pesquisas em que há a participação como proposta metodológica pretendem promover a aproximação da academia dos problemas sociais, enquanto extensão da produção do conhecimento, atingindo espaços, setores e grupos vulnerabilizados. O desafio essencial da universidade é a pesquisa definida como princípio científico e educativo (Demo, 1995). Neste sentido, entendemos que o tripé “ensino-pesquisa-extensão” constitui um princípio fundamental do conhecimento científico, na mesma medida que valoriza os saberes, vivências e os sujeitos de forma democrática.

Contemplamos como pesquisa-ação uma crítica à construção verticalizada dos conhecimentos e enfatizamos a dimensão colaborativa dos mediadores, de modo que as demandas possam ser atendidas desde o planejamento até a avaliação dos resultados. Esta metodologia tem ganhado expressão principalmente nas instituições de ensino públicas e surgem a partir da lacuna existente entre teoria e prática, com a característica de intervir nos processos de investigação de forma inovadora (Thiollent, 1988; Tanajura; Bezerra, 2015).

Vislumbramos que a pesquisa-ação deve alcançar transformações efetivas no campo social e que estas mudanças podem ocorrer com a abdicação do caráter hierárquico do conhecimento científico. O pesquisador, ao se propor participar, deve incorporar as demandas encontradas em cada realidade de pesquisa, erguidas pelos sujeitos, tendo clara compreensão do papel do pesquisador e seu alcance dentro dos objetivos de sua pesquisa. Reforçamos, assim, a ideia de que a pesquisa deve partir da realidade concreta da vida dos interlocutores individuais e coletivos do processo de investigação. Para Carlos Brandão (2006), o ponto de partida da pesquisa participante, para além do rigor positivista de seu pensamento, está na contribuição de sua prática coletiva de produção de conhecimentos através de experiências compartilhadas.

As modalidades participativas de pesquisa, realizadas dentro e/ou a partir da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, elucidam as demandas técnicas e sociais levantadas pela comunidade e abraçadas pelas instituições de ensino. Ao demonstrar sua eficiência em desenvolver ações objetivas, essa reflexão contribui para validar esta metodologia ainda criticada pelo pensamento positivista, que defende como única e verdadeira a construção do conhecimento onde prevalece o rigor técnico de métodos neutros, a análise e a comprovação científica que afasta os pesquisadores da população em análise.

Em nossa pesquisa, a exploração foi construída em diálogo com os integrantes dessa história, com referência aos paradigmas da pesquisa-ação. Iniciamos com a leitura de textos e conversas com os autores que já produziram trabalhos sobre o José Lutzenberger, procurando compreender o lugar da comunidade na academia. E, posteriormente, coletamos indícios do modo como as ações desenvolvidas repercutiram na construção e consolidação da comunidade. Através de entrevistas com as lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), percebemos o quanto este projeto de assentamento é simbólico no Paraná como estratégia para difundir a prática agroflorestal. Para tanto, foi possível vislumbrar uma outra reforma agrária, em que pese a preservação da natureza e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades camponesas. Uma relação que se deu, justamente, num diálogo permanente entre a academia e o movimento social, como pretendemos demonstrar.

#### Projetos de extensão, vivência e tecnologias sociais

Inicialmente, destacamos a UFPR Litoral como uma instituição de ensino criada em 2005, um ano após a ocupação que deu origem à comunidade José Lutzenberger. Com um Projeto Político Pedagógico (PPP) voltado para a valorização do tripé ensino-pesquisa-extensão, a proposta visava uma integração de sua própria comunidade acadêmica com a do litoral. Atendendo o princípio de “conhecer e compreender”, o antigo diretor da instituição, em entrevista, Valdo Cavallet, comenta:

Esse conhecer e compreender era o motivo de trabalhar nos territórios, todos os professores tinham que fazer isso, nós não tínhamos projeto de pesquisa, nós trabalhávamos o artigo da constituição, o ensino, a pesquisa e a extensão são indissociáveis. Então, qualquer coisa que você faça de movimento de conhecimento, tem que estar no espaço real (Cavallet, entrevista em 24 de outubro de 2021).

Nesse sentido, Jonas Souza, representante e liderança da Comunidade José Lutzenberger, em diversos momentos, ratificou a importância do campus e daqueles que atuaram nas demandas da comunidade, e da proposta agroecológica de produção de alimentos orgânicos voltados para a soberania alimentar. Durante uma das Interações Culturais Humanísticas (ICH)-Transição Agroecológica, a liderança agradeceu mais uma parceria, ainda que de forma virtual, e destacou a importância do campus.

Então a gente tem alguns frutos desse trabalho, então pra nós é interessante de ter essa relação com a universidade federal, com o campus aqui do litoral, nossa construção, parceria, não só na discussão da agroecologia, mas na questão na relação da educação, também contribuindo com o processo, de internamente com a questão da comunidade (Souza, na ICH, em 12 de maio de 2021).

Como já explicado pelo professor Valdo Cavallet, o campus atuou, e assim continua, numa perspectiva interdisciplinar, em que as práticas de vivência pretendem levar os alunos para o campo. Nesse sentido, abordaremos o Projeto Político Pedagógico (PPP) e um projeto de extensão, dialogando com outros *campi* e instituições. A Tabela 1 apresenta os projetos analisados:

Tabela 1 – Projetos que serão analisados

Título	Tipo	Proponente/Autoria	Ano
UFPR-Litoral	Projeto Político Pedagógico (PPP)	UFPR-Litoral	2005
Vivenciando a Proposta Pedagógica da UFPR-Litoral no Projeto de Assentamento Agroflorestal José Lutzenberger	Projeto de Extensão	UFPR-Litoral	2006
Produção de alimentos agroecológicos no litoral do Paraná e consumo crítico-saudável na comunidade.	Projeto de Extensão	IFPR-Paranaguá	2015
EKOA	Projeto de extensão	UFPR	2016
Interações Culturais e Humanísticas (ICH)	Módulo	UFPR-Litoral	2021
PLANTEAR	Coletivo de Projetos de extensão	UFPR/IFPR	2021

Fonte: elaborada pelos autores, 2021.

Em 2008, foi institucionalizado o PPP do campus Litoral. A proposta da instituição contemplava uma educação transformadora das comunidades e da região, através de ações que promovessem seu desenvolvimento sustentável, com diversidade e equidade social. Ademais, uma educação que propõe “superar os pressupostos da modernidade e lançar-se na construção de um projeto inovador e emancipatório” (UFPR, 2008, p. 6).

Algumas das ações desenvolvidas pelo corpo docente/discente do campus serão abordadas neste texto, mas enfatizamos que outros foram produzidos, projetos de suma importância sobre os quais não tivemos acesso às informações necessárias para uma análise consistente. Além de ações isoladas, feiras, plantios, jornadas acadêmicas, visitas técnicas e outras não documentadas, apenas

relatadas pela comunidade e pessoas que participaram. Os projetos de extensão desenvolvidos na comunidade abordaram diferentes necessidades e perspectivas, os primeiros projetos abordaram a agroecologia como desejo da própria comunidade e do movimento social organizado.

O projeto de extensão “Vivenciando a Proposta Pedagógica da UFPR Litoral no Projeto de Assentamento Agroflorestal José Lutzenberger”, iniciado a partir de 2006, tinha como objetivo: “promover a ação conjunta de diferentes áreas do conhecimento, a fim de fomentar o desenvolvimento sustentável local, por meio de atividades que integrem saúde, educação e manejo dos recursos naturais” (Quadros, 2001, p 163).

Esse projeto de extensão surgiu com o início do campus Litoral da UFPR, vinculado a um grupo de docentes<sup>4</sup> com várias áreas de conhecimento envolvidos. A segurança alimentar foi um dos primeiros eixos das ações com os alunos do curso de Agroecologia. Os alunos participavam de encontros de trocas de mudas e sementes, e realizavam mutirões na comunidade para auxiliar no início da agrofloresta. Essas iniciativas auxiliavam a recuperação dos danos ambientais e a recomposição do solo degradado da antiga fazenda, e, ao mesmo tempo, garantiam a produção de alimentos para autoconsumo.

O projeto de extensão “Produção de alimentos agroecológicos no litoral do Paraná e consumo crítico - saudável na comunidade do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Campus Paranaguá” atuou juntamente com a comunidade ao longo do ano de 2015, coordenado pela professora Aline Barbosa. O objetivo do projeto era

fortalecer a articulação entre o IFPR e o MST em prol da organização de uma Feira Agroecológica no campus Paranaguá. Um espaço de troca de saberes entre a comunidade escolar do IFPR e o MST do Acampamento José Lutzenberger, o desenvolvimento de atividades pedagógicas sobre a problemática referente ao uso de agrotóxicos na produção de alimentos no Brasil (Barbosa, entrevista realizada em 25 de junho de 2021).

A professora Aline Barbosa já conduzia excursões de alunos do campus para a comunidade na forma de aulas de campo. Havia alunos participantes dos cursos médio, técnicos e superiores. Entre os temas de formação, destacavam-se: reforma agrária, produção familiar, agroecologia, produção orgânica, entre outros. O projeto de extensão surgiu com a possibilidade de “assistência técnica para constituição e/ou implementação de iniciativas de reforma agrária” dentro da linha de Meio Ambiente e Agroecologia.

O projeto durou um ano, sendo os primeiros seis meses de organização, planejamento e constantes visitas. O desafio era levar os produtos da comunidade semanalmente para expor e comercializar no campus, de forma que atendesse tanto o campus quanto a vizinhança e promovesse um contato direto dos estudantes com os alimentos produzidos pela agrofloresta. O objetivo de levar uma Feira Agroecológica para dentro de uma instituição de ensino, visava, segundo a coordenadora,

---

<sup>4</sup> Eduardo Harder, Marília Pinto Ferreira Murata, Renato Bochicchio e Sirlândia Schappo.



promover uma proposta pedagógica integradora entre os movimentos sociais, agricultores e estudantes de variados cursos. Ao mesmo tempo, o projeto visava o entorno do campus, tendo a barraca na entrada, com acesso da comunidade do bairro aos alimentos agroecológicos e ao movimento social (MST).

No final de 2015, o projeto não pôde ser renovado pelas mesmas dificuldades de sua implementação. Tais dificuldades referiam-se às visitas, que se tornaram inviáveis à medida que a falta de recursos para custeio impossibilitou o deslocamento dos estudantes.

Já o Projeto de Extensão Ekoa, sob coordenação da professora Katya Regina Isaguirre-Torres, foi criado no início de 2016 com os estudantes de mestrado e doutorado do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE). Diferentemente do anterior, esse visava discutir o direito ambiental, a natureza e os movimentos sociais. A primeira oficina do projeto organizou-se em torno da turma de doutorado do PPGMADE e foi na comunidade, pois havia

A possibilidade de discutir áreas protegidas pelo zoneamento ecológico econômico que se coloca como a vocação para aquele pedaço a proteção ecológica e ao mesmo tempo o desafio de se é possível garantir proteção ambiental com gente produzindo, com gente no território (Isaguirre, entrevista em 18 de maio de 2021).

Os professores e acadêmicos promoveram ações voltadas para o diálogo socioambiental, aproximando-se das problemáticas da comunidade, na perspectiva de equacionar os conflitos sociais e jurídicos. Com o objetivo de aproximar o direito das comunidades, o projeto também aproximou os sujeitos de seus direitos, através das oficinas informativas sobre acesso e conquista da terra. Esse projeto cresceu e se tornou o “Núcleo EKO: Direito, Movimentos Sociais e Natureza”. Em parceria com outros núcleos de pesquisa, o Ekoa desenvolveu oficinas, assembleias e auxiliou na criação de em conjunto de ações, entre as quais com a Cooperativa de Agricultores Orgânicos e de Produção Agroecológica (COAOPA).

Em 2017, os grupos Ekoa, Centro de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental da PUC-PR (CEPEDIS) e ENCONTTRA (Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra-UFPR) ajudaram na constituição de um dossiê para concorrer ao Prêmio Juliana Santilli de Agrobiodiversidade de 2017. O documentário “Agrofloresta é mais”<sup>5</sup>, uma coprodução da Vídeo Saúde Distribuidora (Fiocruz), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Ministério Público do Trabalho do Paraná, foi vencedor do prêmio citado, promovido pelo Instituto Socioambiental – ISA. Para a produção do dossiê e documentário, foram levantados os principais aspectos da comunidade: a luta pela terra, a degradação, a importância da agroecologia, a prática agroflorestal, a recuperação ambiental, a produção e a comercialização de alimentos. Vale sublinhar

---

<sup>5</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=HN\\_E0kKj\\_eo](https://www.youtube.com/watch?v=HN_E0kKj_eo).

da participação da comunidade José Lutzenberger nos programas institucionais de alimentação orgânica para as escolas da região.

Em outra direção, mas também como parte dos eixos de aprendizagem da UFPR Litoral, as Interações Culturais e Humanísticas (ICH) constituíram-se como uma das propostas pedagógicas do campus, que

consiste num dos pilares do Projeto Político Pedagógico da UFPR Litoral, representando, no mínimo, 20% da carga horária curricular em todos os cursos. Através de encontros que ocorrem semanalmente, integrando estudantes dos diferentes cursos, o ICH constitui-se num espaço de aprendizagem interdisciplinar (UFPR, 2008, p. 31).

As ICH são espaços interdisciplinares de aprendizagem, com foco no compartilhamento de saberes, culturas e práticas que compõem a realidade dos participantes. Destacamos entre as atividades das ICH, o projeto de extensão “Tecnologias Sociais para a Promoção da Segurança”, que teve como parceria o MST e vínculo com o curso tecnólogo em Agroecologia da UFPR Litoral. Coordenado pelo professor Paulo Lopes, identificamos atividades como reuniões, cursos e oficinas, que

tem como objetivo mapear, construir, avaliar, sistematizar e socializar tecnologias sociais capazes de promover a transição agroecológica de unidades produtivas familiares do acampamento José Lutzenberger, organizado e estruturado pelo MST (Lopes, entrevista realizada em 05 de maio de 2021).

Nesse projeto, as tecnologias Sociais são compreendidas como propostas metodológicas (cursos, projetos, técnicas etc.), construídas para atender as necessidades sociais de forma integrada. No caso das ICH, foram realizadas atividades que auxiliavam no desenvolvimento e identificação das tecnologias sociais adequadas para a comunidade. Segundo o professor Paulo Lopes, coordenador, as primeiras iniciativas foram direcionadas ao diagnóstico das tecnologias já utilizadas e às estratégias para implementar outras. Foram utilizadas as seguintes abordagens: círculo de culturas, mesa de partilha, café com prosa, diagnóstico socioambiental, ficha agroecológica e facilitação gráfica. (Lopes, em entrevista em 2021).

Destacamos, ainda nesse projeto, as oficinas para a produção de um repelente natural e biofertilizantes, assim como a experiência junto ao Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) para realizar testes com diversas variedades de mandioca (*Manihot esculenta*) e identificar as mais produtivas dentro das condições edafoclimáticas da comunidade. Os cultivos foram feitos com o monitoramento participativo, o que pôde estabelecer particularidades e a relevância deste tipo de experiência, dadas as etnodiversidades das plantas.

A ICH “Transição agroecológica – Troca de experiências e saberes com comunidades e sujeitos do campo”, em atividade durante o ano de 2021, teve como foco experiências de transição agroecológica com criação animal. Essa iniciativa surgiu a pedido das mulheres da comunidade, que manifestaram interesse na avicultura. Em decorrência da pandemia do Covid-19, esta ICH foi

realizada de forma remota, via encontros semanais virtuais com convidados que atuam com a avicultura em outras experiências agroecológicas. O objetivo foi de compartilhar técnicas de adequação, raças de animais, qualidade de vida, manejo sanitário, alternativas sustentáveis de ração e controle biológico, equipamentos e modelos de transição em agricultura familiar.

Durante o primeiro encontro da ICH – “Transição agroecológica”, em 05 de maio de 2021, os coordenadores, Paulo Lopes e Manoel Lesama, reforçaram a sólida relação de cooperação entre a instituição e a comunidade, enfatizando as relações de confiança construídas.

E nesse período de pandemia a gente tem dificuldades de fazer os encontros pessoalmente, com o pessoal que estuda as tecnologias, pra receber aqui nos nossos espaços, mas a gente tem esses outros mecanismos que é fazer essas conversas em torno da mídia (Souza, na ICH, em 12 de maio de 2021).

Mais recentemente, em 2021, outra demanda apresentada pela comunidade e pelo MST foi a realização de um mapeamento comunitário. Esse documento, fundamental para um projeto de assentamento, pretendia demonstrar a territorialização do espaço, os elementos naturais, as agroflorestas, hortas, áreas comuns e individuais e os espaços de produção. Este mapeamento foi solicitado ao Coletivo PLANTEAR<sup>6</sup> (Planejamento Territorial e Assessoria Popular), composto por professores e acadêmicos do grupo citado e por outros colaboradores.

Em entrevista realizada em 3 de fevereiro de 2021, Roberto Baggio, direção nacional do MST, afirmou que a universidade tem auxiliado nos projetos de assentamento, urbanos e rurais, através dos mapeamentos comunitários. Esses mapeamentos são realizados em diálogo e a partir das demandas das comunidades, de forma coletiva, assessorando a organização já estabelecida e os projetos de desenvolvimento territorial identificados. Sobre a comunidade, objeto deste texto, o mapeamento deveria ser realizado pela universidade, conforme entendimento da liderança do movimento.

Pra nós é uma grande referência, uma das principais referências, que ainda é um acampamento, mas está consolidando uma bela comunidade, desde a ocupação até hoje. Tudo que se ergueu lá é uma bela esperança, associativa, comunitária, organizativa, que estão hoje, é excelente [...]. E essa articulação que tem na federal [UFPR], as ações são complementadas, vem um da geografia, outro do direito, vai tudo ficando um produto de um coletivo (Baggio, em entrevista realizada em 03 de fevereiro de 2021).

Simultaneamente, em 2021, o Ministério Público do Paraná, através do ofício nº 206/2021, encaminhado ao Reitor da UFPR, solicitou a realização de estudo técnico (jurídico e territorial) sobre o Acampamento José Lutzenberger. Tal estudo deveria ter a indicação das características do imóvel, sua utilização pelos ocupantes, bem como a análise da cadeia dominial – demanda que foi assumida *a posteriori* pela Professora Daniele Regina Pontes, do Setor de Ciências da Terra.

---

<sup>6</sup> Formado pelo Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra (ENCONTTRA), Centro de Estudos em Planejamento e Políticas Urbanas (CEPPUR), Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) e Movimento de Assessoria Jurídica Universitária Popular (MAJUP).

O Estudo Técnico foi realizado pelo Coletivo PLANTEAR e colaboradores, incluindo os autores deste artigo. Como característica desse Coletivo, os integrantes se alternam entre demandas técnicas e assessoria de diferentes projetos de assentamentos urbanos e rurais. Primeiramente, houve a necessidade de levantamentos sobre processos administrativos, relatórios e mídias, agregando informações de diferentes perspectivas e fontes. Posterior à prática de assessoria, somou-se a produção acadêmica, de forma participativa, para a construção de conhecimento sobre a comunidade, assim como para a compilação de documentos institucionais e jurídicos.

As diferentes demandas identificadas para um estudo, tanto do movimento social organizado quanto dos órgãos do judiciário, demonstram a legitimidade da academia como espaço de produção de conhecimento. O caso em específico, acolhido pelo Coletivo PLANTEAR, demonstra um reconhecimento das universidades pelas instituições e, em especial, pela comunidade José Lutzenberger.

Os primeiros projetos de extensão até a demanda atual (avicultura) foram frutos da luta dos que resistiram ao despejo e continuam lutando pela permanência no território. A história dessa comunidade é a expressão das lutas camponesas no espaço rural brasileiro, assim como seus enfrentamentos, e retrata ainda os novos paradigmas socioambientais da questão agrária. Reiteramos a importância desta luta feita por camponeses, que fizeram sua história e buscaram seus direitos. Abordamos a expressão da academia nessa trajetória, as parcerias que viabilizaram experiências, seleções, aprendizados e a diversificação das práticas da comunidade, com o acompanhamento dos projetos de extensão.

#### Pesquisas e observações participantes na comunidade

Sobre as colaborações em caráter de pesquisa, considerando os trabalhos de conclusão de curso, monografias, dissertações e teses, faremos uma análise sobre como a academia participou e contribuiu com a comunidade José Lutzenberger. Desde 2004, com o início da ocupação, temos a colaboração de pesquisadores da UFPR na assessoria popular do movimento, juntamente com a organização de direitos humanos Terra Livre. Destacamos algumas pesquisas na Tabela 2.

Tabela 2 – Pesquisas analisadas

<b>Título</b>	<b>Autoria</b>	<b>Tipo</b>	<b>Ano</b>
Agroecologia como um caminho para o estabelecimento de novas relações mercantis: Estudo de caso do acampamento José Lutzenberger	Ricardo Borsatto	Monografia	2006

Agroecologia: um caminho multidimensional para o desenvolvimento agrário do litoral paranaense	Ricardo Borsatto	Dissertação	2007
Comunidades tradicionais em unidades de conservação: o caso do projeto de assentamento agroflorestal José Lutzenberger na APA de Guaraqueçaba-PR	Indianara Pires	TCC	2008
Cooperação, natureza e gente	Flávia Rossito	Tese	2020

Fonte: elaborada pelos autores, 2021.

Entre as maiores frequências temáticas dos trabalhos acadêmicos, destacamos a questão agrária e os conflitos socioambientais. Temas que são acionados pela localização do projeto de assentamento, cujas disputas territoriais têm origem na política de doação de terras estatais, ainda no início do século XX, até as recentes sobreposições de títulos de propriedades.

Ricardo Borsatto escreveu sua monografia “Agroecologia como um caminho para o estabelecimento de novas relações mercantis: Estudo de caso do acampamento José Lutzenberger” em 2006, para sua especialização em Educação do Campo e Agricultura Familiar e Camponesa na UFPR.

Nesse período, não havia uma presença significativa da academia, o campus UFPR-Litoral ainda estava em construção, os projetos, atores e parcerias não estavam consolidados. Podemos identificar como o período no qual a ocupação também enfrentava, internamente, suas dificuldades em estabelecer alianças para os conflitos jurídicos e ameaças que se desdobravam a partir do início da ocupação da fazenda; assim como o fortalecimento de um projeto, ou estratégia, para a defesa de sua permanência, de criação de um caminho que garantisse o assentamento das famílias.

Em entrevista, Borsatto aponta que a questão ambiental se tornou o maior entreve na regularização das famílias. Em entrevista realizada em 09 de abril de 2021, o autor relatou que o “que tem impedido o avanço da consolidação desse assentamento é a incapacidade dos atores envolvidos aceitarem fazer um assentamento em uma área de preservação ambiental”. A agroecologia em estudo significava uma forma de “auxiliar as pessoas que vivem no litoral paranaense” (Borsatto, 2006, p.8), e, assim, encontrar caminhos “que as levem a um desenvolvimento sustentável da região” (*idem*). A metodologia utilizada pelo pesquisador foi qualitativa, com base numa vivência agrária. Essa vivência consistia em visitas à comunidade, e outras da região, para compreender a realidade, os desafios, os desejos e as histórias através de relatos.

Ressaltamos que o período dessa monografia foi durante os primeiros anos de ocupação da comunidade. O pesquisador relatou as dificuldades, o intenso trabalho manual de retirada do capim, a falta de recursos para construir moradias, a produção para subsistência, as dificuldades financeiras em adquirir alimentos/produtos externos, bem como as incertezas que geravam temores em investir mais suor na terra. Apesar desta difícil realidade, a conclusão da monografia apontou que: “O acampamento José Lutzenberger é um exemplo de exploração agrícola com um elevado grau de sustentabilidade, seja na dimensão ambiental, social, econômica, ética ou cultural” (Borsatto, 2006. p.44).

Simultaneamente à especialização, Borsatto cursou mestrado em Agronomia na UFPR e apresentou em 2007 a dissertação “Agroecologia: um caminho multidimensional para o desenvolvimento agrário do litoral paranaense”. Nessa dissertação, ainda discutindo sobre a agroecologia, como alternativa de produção sustentável, buscou identificar se o conhecimento gerado pela agroecologia poderia contribuir para o desenvolvimento rural sustentável.

A “vivência agrária” continuou como uma das metodologias para atingir os demais objetivos propostos na dissertação. Com o objetivo de compreender as diferentes perspectivas da comunidade, o autor problematizou a relação pesquisador/observador, pois “se considera que cada observador possuirá uma interpretação diferente do mesmo fenômeno, e que cada fenômeno é uma experiência única e dificilmente se repetirá de maneira igual, e sim, talvez, semelhante” (Borsatto, 2007, p.27). Mais uma vez Borsatto (2007) indicou as especificidades da construção da agroecologia como uma estratégia de desenvolvimento para o litoral paranaense.

Em 2008, Indianara Pires escreveu seu trabalho de conclusão “Comunidades tradicionais em unidades de conservação: o caso do projeto de assentamento agroflorestal José Lutzenberger na APA de Guaraqueçaba-PR”, para o curso de especialização em Análise Ambiental (UFPR). Seu trabalho propôs uma análise da constituição da comunidade à luz dos conflitos fundiários e ambientais.

A autora fez um paralelo sobre duas visões ambientalistas, a do uso sustentável e do preservacionismo – em síntese, um debate sobre as Unidades de Conservação (UCs). O ato de proteger a natureza se tornou uma emergência sem necessariamente agregar as comunidades historicamente estabelecidas neste território, e, portanto, são deixadas à margem dos discursos, da proteção e do aproveitamento sustentável dos recursos naturais.

Os temas de Pires (2008) convergem com um dos momentos emblemáticos da comunidade. Em 2006, a pedido do INCRA, o Conselho Consultivo da APA de Guaraqueçaba (CONAPA) realizou uma Reunião Extraordinária em que foi debatido o Relatório da Comissão Técnica de Assuntos Fundiários sobre o Licenciamento Prévio do projeto de assentamento José Lutzenberger. A ata desta reunião foi anexada ao trabalho da autora. Por um voto, de desempate, o projeto foi indeferido pelo conselho. O destaque sobre essa votação foi a então preocupação com a preservação da APA, e este

indeferimento foi uma das causas apontadas pela autora para caracterizar a omissão do INCRA no processo de regularização fundiária da comunidade.

Para Pires (2008), a negativa à comunidade revela as falhas no discurso e nas políticas acerca da relação homem-natureza, como destacado no trecho a seguir:

(...) a decisão deveria estar embasada em argumentos que consideram os ambientes como uma rede complexa de relações entre natureza-natureza (ecologia) e homem-natureza (etnoecologia). Entretanto, o que se tem observado na criação destas áreas é que são considerados apenas os aspectos biológicos, ecológicos e físicos dos ambientes, fatores importantes no momento da escolha das áreas a proteger, mas que muitas vezes não são suficientes para refletir o ambiente em seu contexto holístico (Pires, 2008. p.73).

A turma XII de doutorado do PPGMADE desenvolveu a oficina “Construção da Pesquisa Interdisciplinar”, na qual se debruçaram sobre os conflitos socioambientais e da (in)justiça ambiental. A partir dos casos levantados pelo “Mapa de Conflitos e Injustiça Ambiental em Saúde no Brasil”, realizado pela FIOCRUZ, localizaram o caso da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger. Em consonância com a interdisciplinaridade do programa e o tema gerador dos estudos, o caso da comunidade passou a ser objeto de estudos em conjunto com o EKOA, como relatado anteriormente. Essa iniciativa se tornou objeto de pesquisa de duas teses, uma a partir do direito e outra da geografia.

Integrante dessa pesquisa e do EkoA, Flávia Rossito atuou junto à produção do dossiê para o prêmio Júlia Santili. Em sua tese de doutorado pelo PPGMADE “Cooperação, natureza e gente” (2020), em uma releitura do conceito de cooperação pela ótica do movimento agroecológico, sua pesquisa teve

por objetivo geral analisar como essa cooperação agroecológica é resgatada pela memória coletiva camponesa e vem a se tornar a essência de um processo de transição agroecológica para outro modelo de sociedade viável. A cooperação agroecológica reconfigura e transforma a Reforma Agrária Popular em uma completa e complexa experiência prática de processo de transição agroecológica para outro modelo de sociedade (Rossito, 2020, p.14).

Como metodologia, a autora optou pela pesquisa participativa. Ela utilizou os seguintes instrumentos de pesquisa: entrevistas, oficinas na comunidade, compilação de documentos administrativos, revisão bibliográfica e assessoria jurídica. Essas fontes e ferramentas auxiliaram e serviram de base para os pedidos perante os órgãos ambientais, fundiários e para as fundamentações processuais; tratava-se, também, de uma assessoria jurídica popular em defesa da comunidade José Lutzenberger.

A autora reforçou a importância do olhar interdisciplinar da pesquisa coletiva, em que parte desses olhares são entrelaçados aos dos sujeitos/objetos da pesquisa. Quando abordou a origem e a trajetória sociocultural das “gentes” do litoral paranaense e em especial da comunidade, Rossito revelou os atores/autores eventualmente esquecidos pelos debates jurídicos formais de acesso à terra.

Aqueles sujeitos da pesquisa estão ligados ao território como um espaço de vida, de constituição de uma comunidade e projetos de vida, um “espaço sem cercas”, sem cerceamento dos

recursos naturais. E essa história coletiva vem a ser a história dessa comunidade. Trazer essas relações com o território, muito explorado a partir da concepção de uma determinada relação com a natureza, trouxe à tona o quão complexo é seccionar as discussões aqui citadas (questão agrária, justiça ambiental e conflitos socioambientais) como um diagrama para discutir o direito ou expropriação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas falas das lideranças do MST e da comunidade, as atividades realizadas pelas instituições de ensino, entendidas neste texto como mediadoras sociais, vêm exercendo um papel fundamental na consolidação da comunidade, desde os projetos agroflorestais até a assessoria jurídica. As iniciativas fortaleceram o projeto de uma comunidade “sem cercas”, produtora de alimentos livres de agrotóxicos e químicos, a soberania alimentar e a recuperação da floresta. Esses objetivos foram possíveis em sintonia com a produção de saberes com aqueles que conheciam a terra, em condições de igualdade com pesquisadores e técnicos.

As entrevistas realizadas com os pesquisadores citados reforçaram seu envolvimento na qualidade de mediadores sociais que contribuiriam diretamente, em momentos distintos, para a comunidade. Nas falas dos pesquisadores, ficou evidente que os elementos fundamentais de análise são os desafios de conciliar a questão agrária com a ambiental na construção de uma pesquisa. Desafio esse que pressupõe uma prática de construção de conhecimento não hierárquico, ou seja, numa superação da relação sujeito/objeto para uma relação sujeito-sujeito.

Verificamos que as pesquisas e as observações participantes na comunidade atuaram em duas vias, seja a partir de pesquisas e projetos oriundos dos espaços acadêmicos, seja a partir da comunidade, que se tornou referência nos debates sobre questão agrária, sistemas agroflorestais e transição agroecológica. As lideranças da comunidade sempre se dispuseram a participar de ações que fortalecessem os debates acerca do seu modo de reprodução, a partir da agroecologia. Segundo Jonas Souza, o apoio na transição agroecológica fomentou não apenas a comunidade, mas a região, contribuindo com mudanças e com o desenvolvimento de alternativas agroalimentares.

A gente já tá nessa caminhada alguns anos, desde a constituição do campus da federal (UFPR) em Matinhos, sempre tivemos uma parceria muito bacana nessa construção, então nossa relação não é de agora, tem um processo todo. O próprio campus contribuiu muito com o processo nosso aqui, da questão da comunidade, então a gente agradece de tá nessa caminhada com vocês, a gente consolida a questão do sistema agroflorestal, da agroecologia aqui no litoral com a contribuição de vocês também. (Souza, ICH-Transição agroecológica em 10 de fevereiro de 2021).

A avaliação do Jonas, em relação aos professores, reforça a relevância de refletirmos sobre a noção de mediadores sociais. Trata-se, também, de um reconhecimento, pois encontrou nas instituições a assistência técnica, a assessoria popular, e outras linhas de ação necessárias para a comunidade José Lutzenberger. Reforça Jonas Souza:



Pra mim foram duas coisas importantes que aconteceram no litoral, para fomentar esta parte da produção agroecológica, uma foi o movimento dos trabalhadores sem-terra, a gente pensa e discute este modelo de produção. Outra coisa é o campus da UFPR Litoral, que em um período anterior foi muito mais próximo, dentro das suas frentes, de organizar, esteve mais próxima das comunidades, e com um período foi ficando mais distante com mudança de governo, a gente sentiu uma perda na forma que a universidade vinha ocorrendo em algum tempo atrás (Souza, na ICH, em 12 de maio de 2021).

A “mudança de governo” na fala citada está relacionada a um período recente, em que houve certa pressão nas instituições de ensino contra as atividades que apoiavam movimentos sociais. O que nos indica que, além de pesquisa, foi necessário um projeto maior que contemplava a função social da universidade, incentivos para a construção do conhecimento com metodologias alternativas, para além das salas de aula. Essa comunidade nos forneceu indícios e aparece como sintoma de que a agroecologia foi trabalhada e conquistada como uma frente de discussão transformadora, apesar do atual “esfriamento”, nas palavras do Jonas.

Pontuamos aqui como as pesquisas realizadas e a experiência em curso da comunidade José Lutzenberger dialogaram entre si, na medida em que expuseram diferentes complexidades teóricas e práticas. Essa diversidade de redes de pesquisa e ação, as observações participantes, as vivências e as assessorias foram caminhos possíveis para destrinchar as problemáticas do campo. Acolhendo as demandas para então intervir, ou intervindo para acolher as demandas, coletamos distintos testemunhos, inclusive no tribunal, da potência desta relação comunidade-academia.

De forma dialética, não apenas como objeto, mas agora como sujeitos da construção de conhecimento, essa metodologia e prática de pesquisa-ação contribuiu para a formação de estudantes e profissionais no Paraná, a partir da uma díade, queremos dizer: de um par, a UFPR-José Lutzenberger. Forma-se, então, um encontro sujeito-sujeito, para, finalmente, percebermos a constituição de uma nova cultura de fazer ciência, desconstruindo alguns “nós epistemológicos”, em que uma comunidade rural foi fundamental, também, na construção de um campus de uma universidade e de um campo de conhecimento, o agroflorestal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGROFLORESTA é mais. Direção Beto Novaes. Rio de Janeiro: VideoSaúde Distribuidora. 2018. Filme (33 min), sonoro, color.

BARBOSA, A. M. Entrevista concedida à Laynara Almeida. Curitiba, 30 jun. 2021.

BORSATTO, R. S. *Agroecologia como um caminho para o estabelecimento de novas relações mercantis: estudo de caso do acampamento José Lutzenberger*. Orientador: Valdir Denardin. 2006. 59 f. Monografia (Especialização em Especialista em Educação do Campo e Agricultura Familiar e Camponesa) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

BORSATTO, R. S. *Agroecologia: um caminho multidimensional para o desenvolvimento agrário do litoral paranaense*. Orientador (a): Profa. Dra. Nilce Nazareno da Fonte. 2007. 165 f. Dissertação

- (Mestrado em Agronomia, Programa de Pós - Graduação em Agronomia - Produção Vegetal) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- BRANDÃO, C. R. A Pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços da América Latina. In: Brandão, C. R.; Streck, D. R. (Org.). *Pesquisa participante: o saber da partilha*. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.
- BRASIL. *Lei n 90.883, de 31 de janeiro de 1985*. Dispõe sobre a implantação da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, no Estado do Paraná, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-90883-31-janeiro-1985-441417-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 maio de 2021.
- CAVALLET, V. J. Entrevista concedida à Laynara Almeida. Curitiba, 24 out. 2021.
- DEMO, P. *Pesquisa e Construção de Conhecimento – Metodologia Científica no Caminho de Habermas*. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 1995.
- GINZBURG, Carlo. SINAIS: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179
- ISAGUIRRE, K. Entrevista concedida à Laynara Santos Almeida. Curitiba, 18 mai. de 2021.
- ITS BRASIL. *Caderno de Debate – Tecnologia Social no Brasil*. São Paulo: ITS. 2004.
- LOPES, P. R. Entrevista concedida à Laynara Almeida. Curitiba, 15 jun. 2021.
- NEVES, D. P. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 13, 5-28. 1999.
- PIRES, I. C. *Comunidades tradicionais em unidades de conservação: o caso do projeto de assentamento agroflorestal José Lutzenberger na APA de Guaraqueçaba-PR*. Orientador: Francisco de Assis. 2008. 91f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Análise Ambiental) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.
- QUADROS, D. A.; VAZ, R. P.; ALCÂNTARA, M. C.; SCHAPPO, S.; HARDER, E. Vivência no acampamento José Lutzenberger: análise da segurança alimentar e nutricional. In: DINARDIN, V. F.; ABRAHÃO, C. M. S.; QUADROS, D. A. (Orgs.). *Litoral do Paraná: reflexões e interações*. Matinhos: Editora UFPR Litoral, 2011.
- RODRIGUES, Márcia B. F. Razão e sensibilidade: reflexões em torno do paradigma indiciário. *Revista de História da UFES*, Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, n. 17, p. 213-221, 2005.
- ROSSITO, F. D. *Cooperação agroecológica, natureza e gente*. Orientador: Katya Regina Isaguirre-Torres. 2020. 164 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.
- SOUZA, J. Entrevista concedida durante participação nas Interações Culturais Humanísticas (ICH) virtual no curso de Agroecologia – UFPR Litoral em 10 de fev. e 12 de mai. 2021.
- TANAJURA, L. L. C.; BEZERRA, A. A. C. Pesquisa-ação sob a ótica de René Barbier e Michel Thiollent: aproximações e especificidades metodológicas. *Rev. Eletrônica Pesquiseduca*, Santos, v. 07, n. 13, p.10-23, jan.-jun. 2015.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1988.

UFPR-Litoral. *Projeto Político Pedagógico*. Matinhos, 2008. Disponível em: [http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/02/PPP-UFPR-LITORAL\\_Set-2008\\_Alteracao\\_Dez-2008.pdf](http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/02/PPP-UFPR-LITORAL_Set-2008_Alteracao_Dez-2008.pdf). Acesso em 30 de jun. de 2021.